



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

PROCESSO SELETIVO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE PÓS - GRADUAÇÃO EM DIREITO PARA O PODER JUDICIÁRIO CEARENSE

AVISO DE SELEÇÃO Nº 09/2022

O INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL/CE, na qualidade de Agente de Integração de Estágio, responsável pelo Processo Seletivo de **ESTAGIÁRIOS** do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ-TJCE**, abre inscrições para realização de seleção para **FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA**, para estudantes do curso de Pós-graduação em **DIREITO** para o Poder Judiciário cearense, de acordo com as disposições abaixo:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Poderão participar do processo seletivo as pessoas físicas que atendam os seguintes requisitos, cumulativamente:

- a) Ter concluído a graduação em Direito em instituição oficialmente reconhecida pelo Ministério da Educação;
- b) Estar matriculado em curso de pós-graduação, presencial ou a distância, com previsão de conclusão do curso igual ou superior a 10 meses;
- c) Não ter antecedentes criminais;
- d) Estar em dia com as obrigações eleitorais e, no caso de interessado do sexo masculino, com as concernentes ao serviço militar;

1.2. O processo seletivo será executado e acompanhado pela Comissão de Seleção da **Área de Trilhas de Carreiras do IEL/CE**, regido por este Aviso de Seleção e pelo disposto na **Resolução do Órgão Especial TJCE nº 31/2018, de 13 de dezembro de 2018 e Resolução nº 22/2019, de 03 de outubro de 2019.**

1.3. A carga horária para a realização do estágio é de 30 (trinta) horas semanais, com jornada diária de 6 (seis) horas.

1.4. O estágio terá duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado, até o limite de 2 (dois) anos, desde que mantida a condição de estudante exigida. O estágio firmado com portador de deficiência não se submete ao limite temporal máximo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado até a conclusão do curso.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

1.5. O estagiário fará jus ao recebimento de bolsa de estágio em valor correspondente a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais e auxílio-transporte, cujo valor, em pecúnia, será acrescido à bolsa de estágio, correspondente à meia passagem estudantil do valor vigente estipulado para o vale-transporte urbano tipo “A” da cidade de Fortaleza.

1.6. A participação na presente seleção pública é aberta aos estudantes do curso de pós-graduação com especialização em Direito, exclusivamente, sendo que a admissão do candidato aprovado está condicionada ao cumprimento de requisitos contidos no presente aviso de seleção e à comprovação da regularidade documental do convocado.

1.7. Deverão ser observadas as regras anti-nepotismo estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, consubstanciadas no art. 2º da Resolução do CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, e no Enunciado Administrativo nº 07, de 21 de junho de 2007.

1.8. O processo seletivo **terá a validade de 6 (seis) meses a contar** da data da publicação do resultado final.

2. DAS VAGAS DISPONIBILIZADAS

2.1. O presente processo seletivo destina-se a **FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA** no Poder Judiciário cearense para as vagas que surgirem durante o período de validade do processo seletivo.

2.2. As vagas ofertadas neste Aviso de Seleção serão destinadas a unidades do Poder Judiciário Cearense localizada na cidade de Fortaleza.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão gratuitas e poderão ser realizadas no período de **27/01/2022 a 20/02/2022**, preenchendo o formulário de inscrição no link disponível no site em: www.iel-ce.org.br > Vagas de Estágio TJCE > Seleção TJCE Nº 09/2022 > Realizar inscrição.

3.2. No ato da INSCRIÇÃO, o candidato deve estar cursando Pós-graduação em Direito (*Latu Sensu e Stricto Sensu*), em instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), comprovado com histórico escolar e/ou declaração, emitida pela instituição de ensino, devidamente carimbada e assinada pelo responsável ou com código de validação digital. Esta comprovação deverá acontecer no momento da inscrição, ao enviar o histórico e/ou declaração, por *e-mail* formato “PDF”, conforme orientações a seguir.

3.3. O candidato deverá enviar para o e-mail selecao.iel@sfiec.org.br, colocando no assunto “**Seleção TJCE Nº 09/2022 - Nome Completo do Candidato – Curso**”, os seguintes documentos:



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

- a) Diploma e/ou Declaração de Graduação em Direito, em instituição oficialmente reconhecida pelo Ministério da Educação, carimbado e assinado pelo responsável da Instituição de Ensino ou com código de validação digital;
- b) Histórico Escolar atualizado e/ou Declaração emitida pela instituição de Ensino de Pós-graduação, carimbado e assinado pelo responsável ou com código de validação digital;
- c) Curriculum Vitae atualizado;
- d) Diplomas e certificados que atestem a conclusão dos cursos relacionados no currículo.
- e) Comprovações da análise curricular (ANEXO III)

3.4. Não serão aceitas inscrições fora do prazo.

3.5. A inscrição só será validada com o preenchimento do formulário de inscrição e o envio do *e-mail* com a documentação solicitada, conforme item 3.3;

3.6. Os documentos enviados deverão estar obrigatoriamente em formato “**PDF**”. Documentos ilegíveis, sem identificação do estudante e da instituição de ensino ou sem as informações solicitadas, no item 3.3, não serão aceitos.

3.7. O IEL/CE não se responsabilizará por inscrições não recebidas por motivos de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

3.8. Todos os documentos solicitados, no item 3.3 deverão ser encaminhados dentro de um mesmo *e-mail*. **Não serão aceitos documentos enviados em e-mails separados.**

4. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA E DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

4.1. Os candidatos com deficiência, inscritos nesta modalidade, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pelo inciso VIII do artigo 37 da Constituição da República, de 1988, bem como pelo artigo 37 do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e alterações, que regulamenta a Lei nº 7.853, 14 de outubro de 1989, é assegurado o direito de concorrer às vagas reservadas, conforme estabelecido neste Aviso de Seleção.

4.2. Será reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas aos candidatos com deficiência.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

- 4.3. O percentual de vagas para os candidatos inscritos como portadores de deficiência será arredondado quando resultar de um número fracionário, sendo que se este for uma fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), o arredondamento será feito para o número inteiro subsequente; e, se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos), o número inteiro anterior.
- 4.4. Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá declarar-se com deficiência, no momento da inscrição.
- 4.5. Para fins de identificação da deficiência, adotar-se-á a definição contida no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei nº 7.853, de 14 de outubro de 1989, com as alterações advindas do Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, bem como a Súmula 377 do STJ.
- 4.6. Caso não existam candidatos com deficiência classificados em número suficiente para preenchimento das vagas existentes e que vierem a surgir no prazo de validade da seleção pública, serão convocados estudantes da lista geral.
- 4.7. Os estudantes com deficiência que necessitam de condição especial para a realização da prova deverão solicitar a referida condição quando da inscrição.
- 4.8. O candidato que por alguma razão necessitar de condições especiais para a realização das provas, deverá apresentar no IEL/CE, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data de realização das provas, requerimento por escrito, datado e assinado, indicando as condições de que necessita para a realização das provas e as razões de sua solicitação.
- 4.9. A concessão das condições diferenciadas fica condicionada à possibilidade técnica de atendimento examinada pelo IEL/CE.
- 4.10. A não solicitação de condições especiais para a realização da prova, conforme disposto neste Aviso, implicará a não concessão destas ao candidato, não lhe cabendo qualquer reivindicação a esse respeito no dia da prova ou posteriormente, seja qual for o motivo alegado.
- 4.11. Os candidatos aprovados na seleção pública que se declararam deficientes deverão apresentar, quando da contratação, atestado médico original que tenha sido expedido em, no máximo, noventa dias a contar da data de entrega, no qual conste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao CID.
- 4.12. O candidato que se declarou deficiente quando da inscrição, mas que após a análise do atestado médico e/ou da perícia médica não foi considerado deficiente, será excluído da respectiva lista de classificação, passando a figurar apenas na lista geral.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

5. DOS CANDIDATOS COTISTAS, NEGROS OU PARDOS

5.1. Só poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição na seleção de estágio, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

5.2. Ficam reservados aos negros ou pardos 30% das vagas oferecidas nessa seleção e participação em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere a conteúdo, avaliação, duração, horário e local de realização da prova, conforme decreto nº 9.427, de 28 de junho de 2018.

5.2.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 5.2 deste edital resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5, ou diminuindo para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5, nos termos do § 2º art. 1 do Decreto Nº 9.427, de 28 de junho de 2018.

5.2.2. A reserva de vagas de que trata o item 5.2 será aplicada quando o número de vagas oferecidas no processo seletivo for igual ou superior a 3 (três)

5.2.3. O primeiro candidato negro classificado no processo seletivo será convocado para ocupar 3ª (terceira) vaga aberta, enquanto os demais candidatos negros classificados serão convocados para ocupar a 6ª (sexta), a 9ª (nona), a 12ª (décima segunda) vaga, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, relativamente ao surgimento de novas vagas, durante o prazo de validade do processo seletivo.

5.3. O candidato deverá preencher o formulário disponível no Anexo I do edital e apresentar no ato da contratação, comprovando a condição de cotista.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A INSCRIÇÃO

6.1. Não se exigirá do candidato nenhum documento original no ato de preenchimento da sua inscrição, sendo de sua inteira responsabilidade a veracidade da informação sobre os dados pessoais, além de todas as demais informações prestadas.

6.2. O TJCE e o IEL/CE eximem-se de responsabilidade sobre quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, inexatas ou incompletas fornecidas pelo candidato em sua inscrição.

6.3. A inscrição é intransferível



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

7. DO PROCESSO SELETIVO

7.1. A seleção para os cargos de que trata esse Aviso de Seleção compreenderá duas fases sucessivas, de responsabilidade do IEL/CE:

7.1.1 Primeira fase - Análise curricular (50 pontos)

7.1.2. Segunda fase - Prova discursiva (100 pontos)

7.2. A fase de Análise Curricular acontecerá após o preenchimento do formulário de inscrição, na qual será verificado o Curriculum Vitae do candidato, seus dados pessoais e experiências acadêmicas e profissionais. Todas as atividades inseridas pelo candidato no currículo são passíveis de comprovação, e todos os cursos deverão ser comprovados com o envio dos diplomas e certificados com o currículo, conforme item 3.3.

7.2.1 Na fase de análise curricular serão avaliadas a qualificação acadêmica e técnica e a experiência profissional do candidato, em conformidade com os critérios de pontuação definidos no Anexo II deste aviso de seleção, observando que:

- a) Para a comprovação da conclusão de curso de pós-graduação, somente serão aceitos diplomas, certificados ou declarações emitidas por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação, na forma da legislação pertinente, em que constem a carga horária e que tenham sido expedidos até o término do prazo de inscrição neste processo seletivo;
- b) Para a comprovação da conclusão do curso de Mestrado ou Doutorado, serão aceitos diplomas, certificados ou declarações expedidas por instituição credenciada pelo Ministério da Educação para a respectiva modalidade de ensino;
- c) Para a comprovação da participação em atividade voluntária no TJCE, será aceita declaração do magistrado ou supervisor da unidade onde se desenvolveu a prestação de serviço voluntário, na qual deverá constar, no mínimo, o local, a atividade e o tempo do serviço prestado, especificando a condição de voluntário;
- d) Para a comprovação da experiência profissional informada no currículo, serão aceitas declarações funcionais emitidas pelas empresas, na qual deverá constar o tempo do serviço prestado; anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social, desde que cada folha enviada contenha os respectivos dados pessoais do candidato. As folhas soltas de anotações da Carteira de Trabalho, sem qualquer identificação, não serão aceitas como pontuação.
- e) Para a comprovação de experiência profissional utilizando o exercício da advocacia, com participação anual mínima de 5 atos privativos de advogado em causas ou questões distintas, será considerado 1 ano de experiência.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

f) Para a comprovação de realização estágio no TJCE, será aceita declaração da Coordenadoria de Seleção e Gestão por Desempenho do TJCE atestando o exercício das atividades, na qual deverá constar, no mínimo, o local, a atividade e o tempo do serviço prestado;

g) Para a comprovação de aprovação da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, será aceito um documento emitido pela OAB que certifique que o candidato foi aprovado no referido exame.

8. DA APLICAÇÃO DAS PROVAS

8.1. Os candidatos serão avaliados por meio da resolução de:

- 2 (duas) questões dissertativas, cada uma valendo 10 (dez) pontos, **totalizando 20 (vinte) pontos** abordando temáticas relacionadas ao curso do candidato
- 8 (oito) questões objetivas, cada uma valendo 0,5 (cinco décimos) pontos, **totalizando 40 (quarenta) pontos** abordando temáticas relacionadas ao curso do candidato
- 1 (uma) Redação, com proposta a ser conhecida na hora da prova, **totalizando 40 (quarenta) pontos**.

8.2. O conteúdo programático da prova encontra-se no Anexo II deste Aviso de Seleção.

8.3. As questões serão respondidas na plataforma Online, nos campos reservados para resposta

8.4. A prova terá duração de 02 (duas) horas e 30 (trinta) minutos e será realizada na data provável de **11/03/2022**, em plataforma Online. Os candidatos receberão login e senha de acesso a plataforma, com pelo menos 5 (cinco) dias antes da data de realização do Exame.

8.5. Os candidatos deverão efetuar login na plataforma Online para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos antes do horário assinalado para o início do exame.

8.6. O Candidato deverá por ética, não realizar qualquer tipo de consulta ou solicitar ajuda a outrem



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

8.7. O IEL Núcleo Ceará não se responsabilizará pela não realização da prova por motivo de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados no prazo estabelecido para a realização da prova.

9. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

9.1. A classificação final da presente seleção pública se dará da seguinte forma:

9.1.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem, no mínimo, o somatório de 50% dos pontos da análise curricular, prova e Redação;

9.1.2. A classificação será efetuada por ordem decrescente do total de pontos obtidos pelos candidatos;

9.1.3. Caso haja empate, terá preferência o candidato, na seguinte ordem:

- a) Obter maior nota no somatório da prova e redação;
- b) Tiver maior tempo de experiência profissional na área do Direito;
- c) Houver obtido aprovação na OAB;
- d) Tiver maior idade;
- e) Persistindo o empate, por sorteio

9.2. A classificação final será divulgada no site do IEL/CE.

10. DOS RESULTADOS E DOS RECURSOS

10.1. Caberá interposição de recurso fundamentado dirigido ao IEL/CE contra as seguintes decisões:

- a) Indeferimento de condição diferenciada
- b) Correção das questões da prova;
- c) Classificação final, desde que se refira a erro de cálculo da pontuação obtida.

10.2. O prazo para contestação do resultado será de **02 (dois) dias úteis**, nos termos do cronograma anexo a este Aviso de Seleção.

10.3. A contestação deverá ser enviada para o e-mail: selecao.iel@sfiec.org.br, colocando no assunto "Contestação de Indeferimento – processo seletivo 09/2022 TJCE".

10.4. Não serão conhecidos os recursos:



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

- a) Interpostos coletivamente;
- b) Sem a devida fundamentação;
- c) Intempestivos

10.5. A decisão sobre o deferimento ou indeferimento dos recursos a que se refere este capítulo será enviado individualmente para cada candidato.

10.6. Não será aceito apresentação de documentos comprobatórios após o período de inscrição.

10.7. Os recursos deverão ser apresentados de uma única vez, não se admitindo complementação, suplementação, inclusão e/ou substituição durante ou após os prazos estabelecidos neste Aviso de Seleção.

11. DA CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGA

11.1. O preenchimento da vaga de estágio existente e as que vierem a surgir durante o período de validade da seleção pública será realizado de acordo com a ordem de classificação, registrado na ficha de inscrição, considerada a conveniência administrativa.

11.2. Os candidatos com deficiência serão convocados de acordo com a respectiva lista de classificação, observado o disposto no Capítulo 4 deste Aviso de Seleção, ressalvada a hipótese de melhor classificação na lista geral de candidatos.

11.3. A convocação para o preenchimento das vagas de estágio no Poder Judiciário Cearense será realizada mediante contato telefônico, envio de e-mail e por publicação no site do IEL/CE.

11.3.1 Serão considerados para convocação os telefones e e-mail registrados pelo estudante no ato da inscrição, sendo de sua responsabilidade manter sempre atualizados os dados.

11.3.2 Todas as tentativas de contato por telefone e por e-mail com os candidatos serão registradas pelo IEL/CE, e após 3 (três) tentativas mal sucedidas, o candidato será posicionado em final de lista de aprovados;

11.4. Será remanejado para o final da lista de aprovados o candidato que:

11.4.1. Não for localizado em razão de tentativas fracassadas de contato por ligação telefônica, WhatsApp e endereço eletrônico;

11.4.2. Requerer seu remanejamento para o final da lista de classificação;

11.4.3. Após ser convocado, não comparecer ao local indicado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

11.4.4. recusar a vaga oferecida.

11.4.5. recusar participar de entrevistas nos gabinetes

11.5. Os candidatos poderão ser remanejados para o fim da lista de aprovados uma única vez.

11.6. O candidato que desistir formalmente do estágio será excluído da lista de classificação.

11.7. Aceita a vaga para a qual foi convocado, o candidato aprovado terá 5 (cinco) dias úteis para providenciar e apresentar a documentação necessária para o ingresso nas atividades de estágio, a saber:

11.7.1. Cópia da carteira de identidade e do cadastro de pessoa física do estudante;

11.7.2. Diploma ou histórico de graduação em curso de Direito;

11.7.3. Declaração original da instituição de ensino pós-graduação, contendo informação sobre a matrícula, frequência regular e previsão de conclusão do curso;

11.7.4. Declaração do estudante indicando agência e conta corrente, em estabelecimento bancário definido pelo TJCE, para depósito dos valores relativos à bolsa de estágio e ao auxílio-transporte;

11.7.5. Declaração do estudante informando se é parente, até o terceiro grau, de magistrado do Poder Judiciário do Estado do Ceará ou de servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento (modelo disponível no site do IEL/CE);

11.7.6. Certidão de quitação eleitoral;

11.7.7. Certidões negativas das Justiças Federal, Eleitoral, Estadual e Militar;

11.7.8. Certidão negativa do Tribunal de Contas do Estado do Ceará;

11.7.9. Comprovante de suspensão da inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil;

11.7.10. Em se tratando de estudante deficiente, atestado médico original de que conste a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao CID, expedido em até noventa dias antes da data de sua entrega.

11.8. Durante o período de validade do processo seletivo, o candidato aprovado deverá manter seus dados cadastrais (e-mail, telefone, endereço, horários disponíveis para realização do estágio, etc.) atualizados junto ao IEL/CE, sendo de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização dos dados Pessoais.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

12. DA CONDIÇÃO PARA INÍCIO DAS ATIVIDADES

12.1 O candidato aprovado no processo seletivo e convocado para preencher a vaga ingressará no Programa de Estágio do Poder Judiciário cearense por meio de celebração de Termo de Compromisso de Estágio, no qual estarão estabelecidas as condições para a realização do estágio, nos termos da Resolução do Órgão Especial TJCE nº 31/2018, de 13 de dezembro de 2018 e Resolução nº 22/2019, de 03 de outubro de 2019.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Todas as divulgações oficiais referentes ao Processo Seletivo serão feitas no site do IEL/CE.

13.2 É vedada a realização de estágio por estudante que possua vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados, que seja policial civil ou militar e que seja titular de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal.

13.3 É vedada a inscrição de candidato que foi estagiário de pós-graduação do TJCE

13.4 Aplica-se à contratação de estagiário no âmbito do Poder Judiciário cearense o disposto no Enunciado Administrativo nº 7, do Conselho Nacional de Justiça, de 21 de junho de 2007, que dispõe sobre a contratação de estagiários no âmbito dos Tribunais.

13.5 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das regras do processo seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Aviso de Seleção e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais comunicados ou instruções específicas para a realização do certame, acerca dos quais não poderá alegar desconhecimento.

13.6 A realização do estágio não estabelece vínculo empregatício do estudante com o Poder Judiciário do Estado do Ceará.

13.7 O acompanhamento da divulgação deste Aviso de Seleção e de comunicados relacionados ao processo seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato.

13.8 Os prazos estabelecidos são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de quaisquer recursos ou documentos após as datas e em desacordo com as formas estabelecidas neste Aviso de Seleção.

13.9 Para contagem do prazo de apresentação de documentos e interposição de recursos, excluir-se-á o dia da divulgação e incluir-se-á o último dia do prazo estabelecido neste Aviso de Seleção, desde que seja dia útil, sendo prorrogado, em caso contrário, para o primeiro dia útil subsequente

13.10 A comprovação da tempestividade da apresentação de documentos e de recursos será feita pela data do protocolo de recebimento.



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

13.11 A constatação, a qualquer tempo, de irregularidade, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração implicará, ainda que homologado o concurso, a anulação da inscrição do candidato, bem como de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

13.12 As ocorrências não previstas neste Aviso de Seleção e os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

13.13 O estagiário do Poder Judiciário cearense é responsável por todos os atos que praticar, respondendo civil e penalmente pelo exercício irregular de suas atividades.

13.14 O Aviso de Seleção 09/2022 perderá a validade após divulgação final da listagem de aprovados desde aviso.

13.15 Integra este Aviso de Seleção os anexos correspondentes aos itens nele descritos

14. CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

DESCRIÇÃO	PERÍODO PREVISTO
Inscrições	27/01/2022 a 20/02/2022
Análise Documental	28/01/2022 a 21/02/2022
Divulgação do Resultado da Análise Documental	22/02/2022
Contestação do Resultado da Análise Documental	23/02/2022 e 24/02/2022
Resultado final da Análise Documental / Convocação para a prova online	03/03/2022
Prova Discursiva	11/03/2022
Correção da Prova Discursiva	12/03/2022 a 22/03/2022
Divulgação do Resultado da Prova Discursiva	23/03/2022
Contestação do Resultado da Prova Discursiva	24/03/2022 e 25/03/2022
Resultado Final da Prova Discursiva	31/03/2022



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE COTISTAS

Eu, _____, carteira de identidade (RG)n. _____, inscrito (a) no CPF sob o n. _____, estudante do curso de _____, matriculado na Instituição de Ensino __, para fins de inscrição no processo seletivo de estágio do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – TJCE conforme estabelecido no Edital de Abertura n. 001/2019 declaro optar pela participação na condição de estudante cotista, nos termos do Decreto nº 9.427/2018, de acordo com a especificação assinalada abaixo:

preto(a) pardo(a)

(*OBS: O quesito cor ou raça será avaliado de acordo com os termos utilizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE).

Declaro, ainda, estar ciente do disposto no Parágrafo Único do Art. 2º do citado Decreto nº 9.427, especificamente quanto à possibilidade legal do desligamento antecipado do estágio na hipótese de ser constatada, a qualquer tempo, a não veracidade desta declaração.

Por fim, a título de informação suplementar ao já declarado, aviso ao IEL que:

participo do Programa de Cota Racial na Instituição de Ensino que estou matriculado.

não participo do Programa de Cota Racial na Instituição de Ensino que estou matriculado.

_____ de _____ de _____.

Assinatura/CPF



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Constituição. 1.1 Conceito, classificações, princípios fundamentais. 2 Direitos e garantias fundamentais. 2.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos. 3 Organização político-administrativa. 3.1 União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios. 4 Administração Pública. 4.1 Disposições gerais, servidores públicos. 5 Poder Judiciário. 5.1 Disposições gerais. 5.2 Órgãos do Poder Judiciário. 5.2.1 Competências. 6 Funções essenciais à Justiça. 6.1 Ministério Público, Advocacia e Defensoria Públicas.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL: 1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro. 1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. 1.2 Conflito das leis no tempo. 1.3 Eficácia da lei no espaço. 2 Pessoas naturais. 2.1 Conceito. 2.2 Início da pessoa natural. 2.3 Personalidade. 2.4 Capacidade. 2.5 Direitos da personalidade. 2.6 Nome Civil. 2.7 Estado Civil. 2.8 Domicílio. 2.9 Ausência. 3 Pessoas jurídicas. 3.1 Disposições Gerais. 3.2 Conceitos e elementos Caracterizadores. 3.3 Constituição. 3.4 Extinção. 3.5 Capacidades e direitos da personalidade. 3.6 Domicílio. 3.7 Sociedades de fato. 3.8 Associações. 3.9 Sociedades. 3.10 Fundações. 3.11 Grupos despersonalizados. 3.12 Desconsideração da personalidade jurídica. 3.13 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios. 4 Bens. 4.1 Diferentes classes. 5 Fato jurídico. 6 Negócio jurídico. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Classificação e interpretação. 6.3 Elementos. 6.4 Representação. 6.5 Condição, termo e encargo. 6.6 Defeitos do negócio jurídico. 6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico. 6.8 Simulação. 7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos. 8 Prescrição e decadência.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1 Lei nº 13.105/2015 Novo Código de Processo Civil. 2. Normas processuais civis. 3 Jurisdição. 4 Ação. 4.1 Conceito, natureza, elementos e características. 5 Sujeitos do processo. 5.1 Capacidade processual e postulatória. 5.2 Deveres das partes e procuradores. 6 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz. 7 Ministério Público. 8. Advocacia Pública 9. Defensoria Pública. 10 Atos processuais. 10.1 Forma dos atos. 10.2 Tempo e lugar. 10.3 Prazos. 10.4 Comunicação dos atos processuais. 11 Noções do Procedimento Comum. 12 Noções do cumprimento de sentença.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL: 1 Aplicação da Lei Penal. 2 Crime. 3 Imputabilidade penal. 4 Concurso de pessoas. 5 Ação penal. 6 Extinção da punibilidade. 7 Lei nº 8.429/1992.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL: 1 Princípios gerais: aplicação da lei processual no tempo e no espaço, aplicação ordinária, extraordinária e exceções legais; inquérito policial. 2 Pressupostos processuais. Ação penal: aspectos relevantes, espécies. Denúncia e queixa crime. 3 Juiz, Ministério Público, acusado, defensor, assistentes e auxiliares da justiça. 3.1 Impedimento, incompatibilidade e suspeição. 4 Procedimentos comum, ordinário, sumário: características básicas. 5 Procedimento do júri: características básicas. 6 Prazos processuais: conceito, características, princípios e contagem. 7



Instituto Euvaldo Lodi

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Comunicação dos atos processuais: citações e intimações, formas, características e requisitos.

ATUALIDADES: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como direito, segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, ecologia e suas inter-relações



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

**ANEXO III CRITÉRIOS DE
PONTUAÇÃO – ANÁLISE
CURRICULAR**

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO UNITÁRIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Experiência profissional na área do Direito (pontos por ano de experiência na mesma empresa)	5 pontos	20 pontos
Curso de pós-graduação concluído – Especialização na área do Direito, com carga horária mínima de 360 h/a	0,5 ponto	1 ponto
Curso de Mestrado concluído na área do Direito	3 pontos	3 pontos
Curso de Doutorado concluído na área do Direito	4 pontos	4 pontos
Participação como voluntário em atividade desenvolvida pelo TJCE (pontos por cada 6 meses)	5 pontos	15 pontos
Aprovação na OAB	5 pontos	5 pontos
Realização de estágio remunerado no TJCE	2 pontos	2 pontos



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

- **Nome do Candidato:**
- **RG:**
- **CPF:**
- **Telefone:**
- **Curso:**
- **E-mail:**
- **Semestre:**

ARGUMENTAÇÃO DO RECURSO:

Assinatura:Data: